

Jorge de Oliveira

O GDIC – GRUPO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL de Santo António das Areias

(Separata)

Memórias
das Freguesias
de Santo António
das Areias e Beirã

IBN MARUÁN – Rev. Cultural de Marvão
N.º Especial 2021, ISBN 978-989-566-040-7,
ISSN 0872-1017, Lisboa, 2021, pp. 587-600

ابن مروان
IBN MARUÁN
Revista Cultural do Concelho de Marvão

100

95

75

25

5

0

Título
**Memórias das Freguesias
de Santo António das Areias e Beirã**
(Número especial 2021 da Revista «IBN MARUAN»)

Edição
Câmara Municipal de Marvão / Edições Colibri

Coordenação
Jorge de Oliveira (CHAIA / Univ. de Évora)

Cada artigo é da responsabilidade exclusiva dos seus
autores

Design gráfico
Veludo Azul, Audiovisuais e Comunicação Lda.

Depósito legal n.º 479 986/21

ISBN 978-989-566-040-7

ISSN 0872-1017

Marvão, Março de 2021

100

95

75

25

5

0



Jorge de Oliveira
(CHAIA / Univ. de Évora)

O GDIC – GRUPO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL de Santo António das Areias

Nascimento e morte

A criação do Grupo de Dinamização Cultural de Santo António das Areias nasce na sequência do encontro de um grupo de jovens que em 1973 começaram a acompanhar-me em aventuras arqueológicas, especialmente nas denominadas "Grutas" dos Vidais. Se numa primeira fase pedalava sozinho para os lados dos Vidais e me enfiava sob os grandes afloramentos que já Pedro Pena, nos inícios do século, tinha perscrutado em busca das célebres bolas de ouro, a este propósito leia-se o que Possidónio Laranjo Coelho escreve em 1924 no seu Terras de Odiana, e aí ia descobrindo machados de pedra polida, cerâmicas pré-históricas, pesos e tear calcolíticos e abundantes mós que carregava para casa dos meus pais, algum tempo mais tarde já me acompanhavam alguns dos que viriam a formar o GDIC. Entretanto o volume de peças começa a ser significativo que justificou que pedisse aos meus pais uma das divisões do rés-do-chão com porta para a rua e aí expúnhamos, nas noites de verão, a quem passava o resultado das nossas investigações arqueológicas. A curiosidade da rapaziada da minha idade por aquelas descobertas levou a que deixasse de pedalar sozinho, aos fins-de-semana, para a zona dos Vidais. Primeiramente eramos dois ou três (Flávio, Jesus e o saudoso Bento), entretanto outros se juntaram e as escavações, obviamente clandestinas, começaram a resultar num número cada vez maior de peças, sobretudo pré-históricas, que se iam juntar às que sobre mesas, cadeiras e baús serviam de expositores em casa dos meus pais. A estas peças juntavam-se as que, com os poucos tostões que a família me dava, conseguia comprar ao Ti Calado, dono do terreno, onde nós escavávamos. Um machado inteiro valia 2\$50, um peso de tear, dependendo do tamanho e do estado de conservação, oscilava entre 1\$00 e 1\$50. Uma mó completa era mais cara, tinha que arranjar pelo menos 5\$00, mas isso implicava ter que pagar em prestações e assim se ia compondo o que nós, com o peito cheio de ar, considerávamos ser o nosso museu. Com o dinheirito que gastava em peças arqueológicas, compradas ao Ti Calado, evitou que começasse a fumar mais cedo, o dinheiro da semanada não dava para tudo!

Entretanto, ocorre a Revolução de Abril de 1974 e os grupos de acção cultural promovidos e estimulados directamente pelo próprio Conselho da Revolução começam a constituir-se pelo País. Destinavam-se, maioritariamente, à alfabetização das classes populares, à organização de grupos de cantares e de teatro, à

recolha de tradições e, naturalmente, à politização duma população sobretudo rural, que pouco mais sabia que existia um Governo e uma polícia ou guarda que multava e prendia. Em Portalegre, estava a criar-se o GTAC, Grupo de Trabalho e Acção Cultural de Portalegre, mais ou menos conotado, obviamente com os partidos de esquerda que nessa altura eram vários, mas era sobretudo gentes ligadas ao MES, à UDP e ao MDP/CDE e não tanto ao PCP, que se apresentavam nas reuniões preparatórias e fundacionais do GTAC. Mas a Arqueologia, numa primeira fase, não constava da lista de actividades e interesses dessa "malta". Arqueologia não se sabia muito bem o que era e podia ter qualquer coisa de fascista, porque a velha Mocidade Portuguesa, sobretudo na década de 40/50, pela mão do então, ainda Coronel Afonso do Paço, tinha organizado uns campos de trabalho de Arqueologia. Sabia-se, ou dizia-se, em voz baixa, que Afonso do Paço tinha grande proximidade a Salazar. Por essa razão e pelo aproveitamento de manifestações nacionalistas que os estudos dos "Castros Lusitanos" tinham provocado no norte do País, sobretudo pelas mãos de Mário Cardoso, levavam a que a Arqueologia não constasse da lista de acções que estes grupos deveriam promover. Mas, sobretudo por insistência minha, reforçada, posteriormente por outros parceiros, começámos a conseguir demonstrar que conhecer a história remota das comunidades era a melhor forma de levar o povo a salvaguardar o seu passado e a reconhecer a sua identidade cultural. Assim, já meio convencidos, o GTAC consegue que o então Governador Civil, ou quem o substituíra nessa altura, cedesse uma viatura todo-o-terreno para acções arqueológicas, especialmente prospecção e reconhecimento da paisagem. Tinha-se autorização para requisitar a viatura que se pretendesse à GNR, à GF ou ao Exército. A viatura era guiada por um dos do grupo que soubesse, já não digo guiar, mas manter o Land-Rover nas estradas com uma mudança qualquer engatada. A capacidade de transporte nada tinha ver com o número de lugares da viatura, apenas era de acordo com o número de voluntários e respectiva "bucha" que aparecessem nesse fim-de-semana. Era o tempo da Revolução. Como os Vidais nos davam garantia de grandes descobertas era o nosso local preferido. Uma paragem em Santo António para carregar mais alguns "arqueólogos" improvisados e lá íamos todos no jipe da GNR a caminho das grutas dos Vidais. Com este reforço do GTAC o número de peças que se acomodam no rés-do-chão começa a justificar encontrar outro espaço maior e não tão pessoal.

Em reuniões do GTAC começa-se a congeminar criar em Santo António das Areias, ou uma delegação, ou um novo grupo. Reunidos os elementos de arqueologia de Santo António das Areias, constatamos que seria melhor optarmos por nos autonomizarmos em relação ao GTAC e criar um grupo próprio. A maioria do pessoal do GTAC estava mais virada para outras manifestações culturais, como a música de intervenção e o teatro. Nós éramos mais "rurais" e preferíamos o campo e a aventura da arqueologia. Entretanto, como o espaço em casa dos meus pais fosse já insuficiente fomos falar com a recentemente recriada Comissão de Moradores e "exigimos" um espaço para expor as peças arqueológicas. Começava-se

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE
SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS

O Museu Arqueológico de Santo António das Areias, é obra de um grupo de rapazes desta risonha aldeia que tendo conhecimento da delapidação, dispersão e transacção de peças arqueológicas, tomou a iniciativa de recolher, estudar e preservar o vasto património cultural do concelho de Marvão que dia a dia ia sendo destruído. O produto da recolha superficial de peças arqueológicas que este grupo tem vindo a efectuar está depositado no Museu Arqueológico desta aldeia e cujas peças se distribuem pelos períodos: Paleolítico, Mesolítico, Neolítico, Castrejo, Romano, Visigótico e Árabe.

O concelho de Marvão, possui 78 locais de interesse Histórico. São de salientar os locais: Vidais, distante de S.A. das Areias 7km, junto à estrada Areias-Pombais-Beirã; Monte-Velho, distando 2Km da Beirã; Garriacho a 2km do Pereiro; S. Salvador de Aramenha, construída sobre as ruínas da antiga cidade Romana de MEDÓBRIGA ou AMMAYA; bem como 21 antas.

O Museu Arqueológico de Santo António das Areias, é propriedade exclusiva da população desta aldeia.

-----§-----

Edições G.D.I.C.

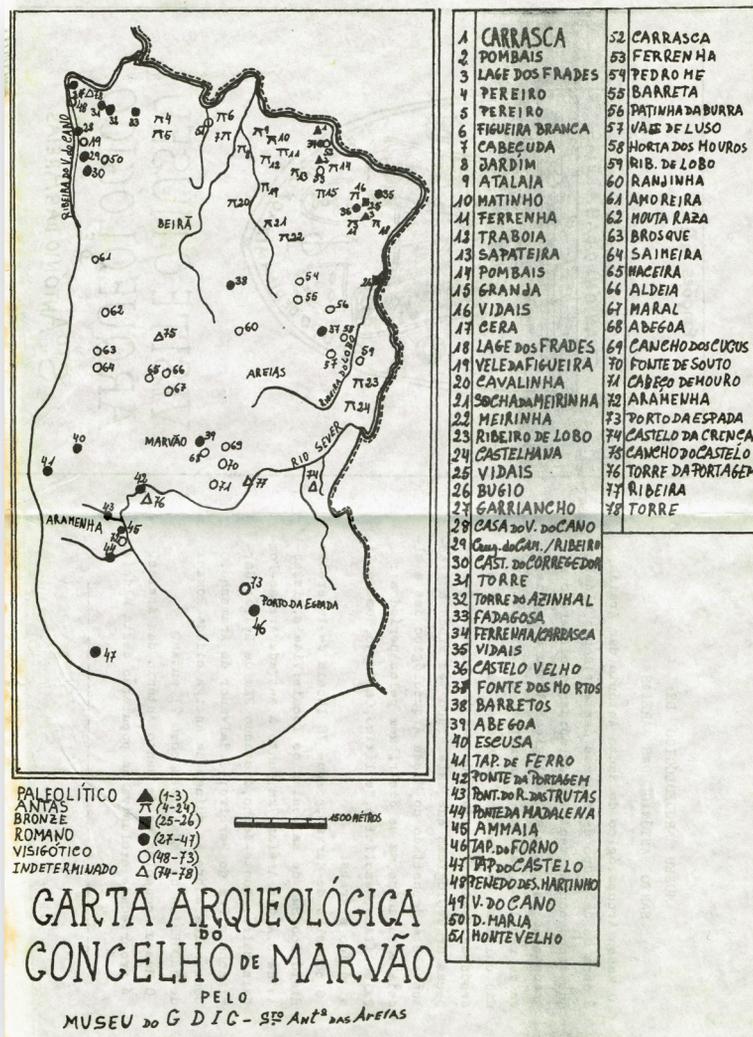


VISITE O MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DE
S.º ANTÓNIO DAS AREIAS

25/4/1977

1º Documento de divulgação do Museu do GDIC (frente)

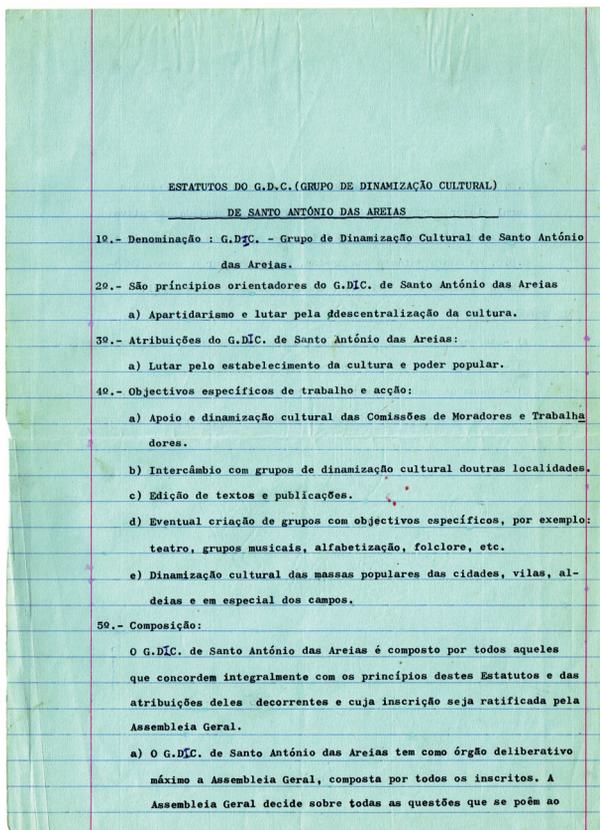
assim a esboçar o primeiro Museu Arqueológico de Santo António das Areias. Primeiramente cederam-nos uma dos espaços da nova Telescola, que tinha uma sala desocupada. Depois verificámos que o espaço não tinha condições, quer por ser muito escondido, por detrás da Casa do Povo e porque pouco maior era do que casa dos meus pais. Novamente contactámos com a Comissão de Moradores para nos arranjamem outra solução. Pensou-se que as divisões da esquina da casa da família Sequeira, onde hoje funciona um café (O Café da Estrela) seriam boas para o nosso fim. Entretanto, e após longas e polémicas negociações, preferimos autonomizarmo-nos, deixando de nos apelidarmos de GTAC de Santo António das Areias (Grupo de Trabalho e Acção Cultural de Santo António das Areias), para passarmos a Grupo de Dinamização e Intervenção Cultural de Santo António das Areias (GDIC) o que nos dava já alguma respeitabilidade e afirmação revolucionária. Não tínhamos dinheiro nenhum, pagar uma renda à Família Sequeira estava fora das nossas posses. Alguém sugere, vamos ocupar o espaço! Estávamos na fase das ocupações de terras e casas devolutas. A Comissão de Moradores antes que nós avançássemos com "radicalismos revolucionários" foi falar com os proprietários da casa que, de imediato, a disponibilizaram a custo zero. Não foi necessário ocupar nada. Mas já tínhamos uma outra alternativa na manga, podíamos ocupar parte da Igreja, havia lá um compartimento que só servia para arrumações e porque não ocuparmos esse espaço?



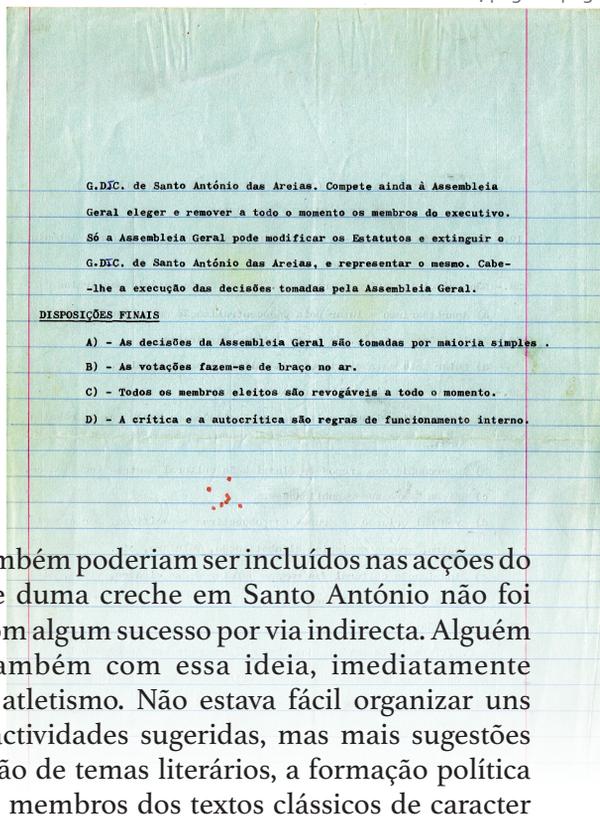
1º Documento de divulgação do Museu do GDIC (verso)

Entregam-nos a chave das divisões do canto norte da Casa Sequeira e começámos a transportar para lá as peças que até agora se guardavam nas instalações da Telescola. Mas as novas instalações não tinham luz eléctrica e nós reunimo-nos, maioritariamente à noite. Fomos falar novamente com a Comissão de Moradores para que tentassem resolvermos esse problema. Enquanto a luz eléctrica não foi ligada e para não estarmos às escuras, um de nós, o saudoso Álvaro, resolve ir à Igreja roubar umas velas e resolvemos assim, temporariamente, a situação. Ocupado o espaço, entretanto electrificado, umas cadeiras foram aparecendo, umas mesas da antiga Junta de Freguesia também se juntaram, uns armários da Casa do Povo que não estavam em uso, com mais algum mobiliário de umas escolas que entretanto fecharam e lá compusemos a sede do GDIC. Estava na altura de prepararmos a exposição permanente de Arqueologia, de elaborar uns

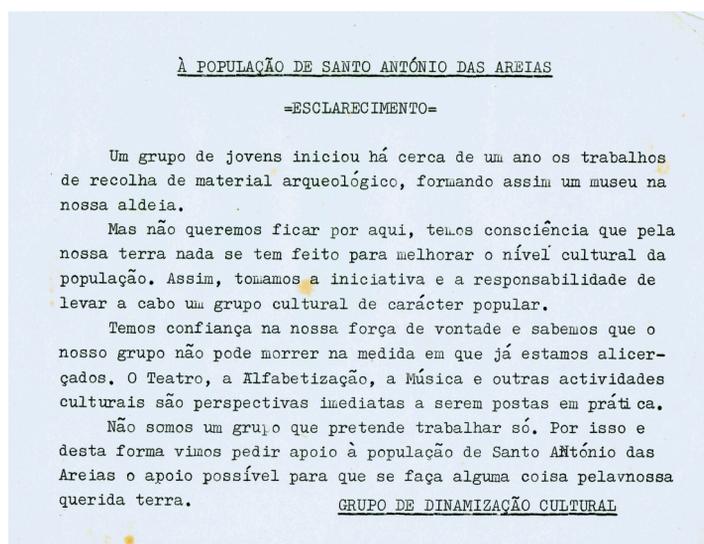
estatutos e de conseguir algum dinheiro para as nossas actividades através da quotização dos membros. Estávamos todos a aprender a socializarmo-nos. Ao primitivo grupo de rapaziada interessada em Arqueologia começaram a aparecer outras pessoas com outro tipo de interesses e de formações diversas e aquilo que inicialmente deveria ser exclusivamente um grupo de Arqueologia e um museu, começou a tentar voar mais alto e noutras direcções. Uns estatutos tinham que obrigatoriamente ser redigidos para que a casa se organizasse. Baseados nos estatutos do GTAC de Portalegre, devidamente adaptados à nossa realidade lá se escreveram umas normas que, depois de longas discussões político-culturais, ou não estivéssemos em pleno PREC, se conseguiram aprovar por votação de braço no ar. Uns puxavam a essência do grupo para um museu de arqueologia e para a trabalhos de escavação, outros achavam que o grupo deveria ter mais enfoque nas questões etnográficas, os amantes do teatro, não queriam perder a oportunidade de retomar uma velha tradição da aldeia, mas havia também necessidade de abrir as portas aos mais idosos, sem escolaridade e ensiná-los a ler e escrever e se possível levá-los a exame da 4ª classe, a música e um coral também poderiam ser incluídos nas acções do GDIC. Mas a consciente necessidade dum creche em Santo António não foi esquecida. Algo se pugnou por ela e com algum sucesso por via indirecta. Alguém interessado em futebol avançou também com essa ideia, imediatamente secundada por outro que sugeria o atletismo. Não estava fácil organizar uns estatutos que reflectissem todas as actividades sugeridas, mas mais sugestões apareceram, como a leitura e discussão de temas literários, a formação política com a leitura obrigatória de todos os membros dos textos clássicos de caracter



Estatutos do GDIC, pág. 1 e pág. 2



revolucionário. Enfim, tudo caberia dentro das actividades do GDIC. O princípio original, a Arqueologia e o respectivo museu começava a dissipar-se entre tanta actividade que se pretendia desenvolver e que deveria constar nos estatutos. Outro assunto importante era o valor das quotas a pagar por cada membro. O cavalheirismo, ou machismo ainda bem interiorizado nas nossas cabeças, sugeriam que os homens pagassem mais do que as mulheres e assim se manteve durante algum tempo. Um grupo cultural que se prese tem que ter um emblema. Criar uma imagem que reflectisse todas estas actividades não era fácil. Como eu tinha algum jeito para o desenho fui encarregado de esboçar esse emblema. Várias propostas apresentei e, por isto, e por aquilo, ou porque a clave de sol era maior que a bola de futebol, ou porque a anta não se destacava, havia sempre razões para que não fosse aprovado. Entretanto, alguém, mais "revolucionário", sugeriu que por cima do emblema se desenhasse uma estrela vermelha, de cinco pontas. Novo motivo de discussão, a estrela deveria ficar à esquerda, à direita ou ao centro. Os mais conotados com as ideias maoistas sugeriam, se bem me lembro, que a estrela deveria ficar do lado esquerdo, os que comungavam das ideias mais marxistas-



1º Comunicado do GDIC à população.

Nem todas as iniciativas correram bem, a alfabetização deu os seus resultados pois conseguimos que algumas pessoas da aldeia chegassem com aproveitamento ao exame da 4ª. Classe. Os meus pais, que eram os examinadores oficiais, também deram uma ajuda na passagem dos alunos idosos. O Coral, também durante algum tempo, fez soar as suas vozes regidas pelo saudoso Dr. Raimundo que de Portalegre vinha, sem nada cobrar e às suas custas, ensaiar um grupo coral revolucionário. Pergunto-me se hoje seria possível, nos tempos que correm, um Mestre como o Dr. Raimundo, homem formado e formatado noutras ideias e doutrinas, tendencialmente monárquico, disponibilizar-se para ensaiar um grupo

leninistas sugeriam do lado oposto e outros que a estrela ficasse ao centro. Farto de fazer esboços resolvi retirar a estrela do emblema e dei por terminado, assim, o assunto. Estávamos todos a aprender as normas comportamentais democráticas, foi um processo muito interessante de aprendizagem e de dedicação desinteressada à cultura da nossa região. Dum inicial grupo de jovens com idades que oscilavam entre os 14 e os 17, ou 18 anos gradualmente começaram a comparecer e a agregar-se gentes com mais idade.

que cantava a Grândola, a Gaivota ou os Vampiros? Só o "Espírito de Abril" possibilitava isso. O Teatro também funcionou. Levou-se à cena, orientados pelo saudoso, Joaquim Lourenço, carpinteiro de profissão, por exemplo, "As duas caras do patrão". A música, ou a sua aprendizagem ainda deu alguns passos. As leituras comentadas de textos, previamente escolhidos, tiveram algum sucesso porque conseguimos por a ler textos filosóficos uma comunidade de operários e camponeses de várias idades, que nunca tinham contactado com nomes como Karl Marx, Rosa Luxemburgo, António Sérgio, Thomas Morus, ou Lenine. Não durou muito essa experiência. Por um lado só havia um exemplar de cada livro, obviamente particular. Para que todos o lessem atempadamente para ser discutido era muito complicado. Queríamos dar um passo maior do que a perna. Desistimos da ideia das leituras e seu posterior comentário.



Selo do GDIC

O museu apenas com uma vitrina, paga pela Comissão de Moradores e feita pelo ensaiador do teatro, carpinteiro de profissão, exibia as peças mais pequenas e mais valiosas. As restantes peças espalhavam-se por cima de mesas, ou no chão. O Museu abria só da parte da tarde com uma escala de serviço organizada, semanalmente, de modo a que pelo menos um do grupo garantisse a sua abertura e explicação individualizada a cada visitante. Numa tarde calor, parou no largo da Igreja um carro preto com motorista. Saíram três indivíduos engravatados e encasacados e dirigem-se ao museu. Perguntam-me se podem entrar, disse que sim, mas fiquei algo desconfiado com a presença dos três personagens com traje nada habitual nem para zona, nem para os tempos revolucionários que corriam. Lá acompanhei a visita dos três engravatados, que se mostraram, na verdade, muito interessados no nosso trabalho, mas sobretudo nas condições em que o nosso museu estava instalado. Perguntaram-me se gostaríamos de ter um museu com instalações a sério, ao que respondi que isso seria uma utopia. Questionaram-me se havia na aldeia alguma edificação pública sem utilização. Lembrei-me, de imediato, do edifício da Escola Velha ocupado exclusivamente pelo Ti Benigno, funcionário da Junta, onde guardava, as vassouras e um carinho de mão. Como a porta estava aberta fomos visitar todo o edifício. Um dos personagens engravatado tirou um papel do bolso e fez uma



Aspecto de zona de exposições Museu do GDIC

planta dos espaços. Perguntou-me como gostaria de dispor as peças, onde podia ficar a sala da biblioteca, as casas de banho, etc, etc. Mas nunca se identificaram. Depois da visita e após um episódio que o pudor me leva a omitir aqui, relacionado com um peso de lagar romano que se expunha à porta do primitivo museu, agora na praça da Junta de Freguesia, despediram-se, simpaticamente de mim, e disseram-me que me haveriam de dar notícias sem antes me terem pedido o nome, morada e telefone. Alguns meses depois, os meus pais recebem uma chamada telefónica do Ministério do Interior solicitando que eu me apresentasse, numa tal sexta-feira, às tantas da tarde no Ministério do Interior, em Lisboa, onde estaria alguém para me receber. O meu pai, nessa mesma noite conseguiu entrar em



Aspecto de zona de exposições Museu do GDIC

contacto comigo, que entretanto já estava em Lisboa na faculdade, e muito preocupado perguntou-me logo no que é que eu me tinha metido porque do Ministério do Interior, que tutela as polícias, queriam falar comigo. Lá expliquei que nada tinha feito de muito errado nos últimos tempos e portanto não sabia o porquê de me chamarem ao ministério. No dia marcado e à hora certa, apresento-me no Terreiro do Paço, no Minis-

tério do Interior, muito encolhido e algo receoso do que me esperaria. Um polícia à porta pede-me a identificação e, de imediato, diz-me que o Senhor Arquitecto, já desceria para me receber! Qual é o meu espanto e vejo descer a escadaria do Ministério um dos engravatados que alguns meses antes tinha estado em Santo António das Areias a visitar o Museu e a Escola Velha. Cumprimenta-me como se fossemos velhos amigos, pede-me desculpa por me ter feito ir ao Ministério e diz-me qualquer coisa como isto. Já que você gosta tanto de Arqueologia vou-lhe mostrar algo que pouca gente conhece e ainda menos sabem por onde se entra. Chama o polícia da portaria e um outro funcionário do ministério e manda-os levantar uma laje do chão da entrada do edifício que tinha uma argola de ferro. Arrastada a laje descobrem-se umas escadas de pedra. O Arquitecto, à altura Sub-Secretário de Estado, tanto quanto me lembro, disse-me que descêssemos e qual não foi o meu espanto estava debaixo do Terreiro do Paço, totalmente suportado por grossos barrotes de pinho semi-submersos e que exalavam um cheiro intenso a pinheiro verde. Ao fundo avistava-se a cloaca que se abre ao lado do Cais das Colunas e onde a ondulação do Tejo se via perfeitamente. Estava encantado. Regressámos à superfície e dirigimo-nos a um gabinete do primeiro andar onde sobre um estirador estava a planta da Escola Velha de Santo António já com um projecto para se transformar em museu, conforme as sugestões que eu durante a visita tinha dado. Disse-me o Arquitecto que não se tinham esquecido das minhas

recomendações para se reforçar a placa do primeiro andar já que teria que suportar os grandes pesos das peças arqueológicas. Estava perplexo, o nosso sonho de termos um museu estava já em projecto. Inocentemente perguntei-lhe se havia dinheiro para a obra e quando começaria. Respondeu-me que estava já tudo tratado e que a obra iria avançar de imediato se eu concordasse com o projecto que ali estava em cima da mesa. Obviamente que concordei contudo e o Arquitecto, algo vaidoso, disse-me que, enquanto arquitecto de formação era o segundo museu que tinha projectado. Ele era o arquitecto Pedro Cid (Prémio Valmor, em 1975), co-autor do projecto da Sede, Museu e Jardins da Fundação Gulbenkian e que infelizmente, demasiado cedo nos deixou. Deu-me os parabéns pelo trabalho cultural que estávamos a desenvolver no GDIC e que se necessitasse de mais alguma coisa já sabia onde o encontrar. Foi a última vez que o vi. A Escola Velha, pouco depois, entrava em obras para se destinar a acolher o Museu de Arqueologia do GDIC, projectado no mesmo estirador e pelas mesmas mãos que gizaram o Museu Calouste Gulbenkian. À noite lá telefonei para casa dos meus pais para os descansar, dizendo que ainda não era desta vez que ia preso e que iríamos ter um museu a sério em Santo António das Areias.

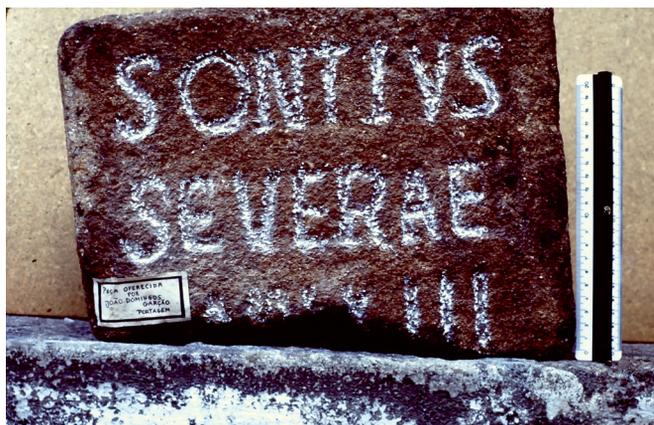
Mas as recolhas de materiais para o Museu do GDIC não se limitavam à área da Freguesia de Santo António. Inscrições, pesos de tear, tégulas, pedaços de chumbo das canalizações, de tudo um pouco aparecia à superfície dos terrenos, em qualquer dos lados da estrada, junto a S. Salvador da Aramenha. A parte de baixo era mais apetitosa, mas o rendeiro da propriedade, instruído pelos pa-



Vista geral da sala de Exposições do Museu do GDIC já no novo espaço

trões, os Condes de Monsaraz, tinha ordens para enxotar todo e qualquer curioso que por ali aparecesse a tentar descortinar o que restava da velha Ammaia. Como sabia que nas sextas-feiras o rendeiro ia sempre ao mercado a Castelo de Vide, lá ia eu na verdinha Casal de duas velocidades até à Aramenha. Sorrateiramente saltava o muro e num ápice fazia uma recolha de tudo o que encontrava à superfície da velha Ammaia. Por saber o que me poderia esperar já ia com uma velha mochila militar semiaberta onde enfiava à pressa todo o material que pudesse recolher. Dois receios me assolavam. Por um lado tentava salvar das mãos do rendeiro os materiais arqueológicos que por todo o lado apareciam, pois tinha ordens para os destruir e enterrar, excepto as moedas que a família Monsaraz queria para ela, mas por outro tinha que fazer a recolha sorrateiramente pois já tinha sido avisado que se lá me apanhassem novamente sofreria consequências. Numa sexta-feira, dia de mercado de Castelo de Vide, novamente me aventurei e

saltei a parede, alguns segundos depois ouvi um disparo e na minha perna direita senti um calor estranho. Algo a coxear, voltei à estrada e o barulho do motor, a dois tempos, da Casal fez-se soar e dali fugi o mais rápido que aquele motor de 49,9 cm³ me permitia. Só parei já na subida do Arieiro quando reparei que o sapato direito estava pintado de sangue. Alguns bagos de chumbo, por ricochete na terra, tinham perfurado as calças de "terylene" mas que pela temperatura a que vinham fecharam de novo o tecido. Quatro ou cinco bagos de chumbo alojaram-se superficialmente na pele da perna direita. Como rapaz do campo que era, uma navalha de imediato resolveu a situação. Retirados os chumbos, uma passagem por água e estava tudo bem. Só cá ficou um para testemunhar a história. Nunca consegui saber quem disparou. O reneiro, tanto quanto sei, nunca foi caçador, nem espingarda tinha. Mas a população daquela freguesia andava alertada para os "roubos" que os de Santo António por ali faziam, sobretudo depois da publicação dum estranho artigo num dos jornais de Portalegre. O autor do texto anónimo alertava a população da Aramenha para a defesa do seu património que estava a ser desviado para outro lado. Estranha-se que o autor de tal texto nunca se tivesse preocupado com as destruições intencionais desse mesmo património. Mas, na verdade, a notícia no periódico portalegrense acicatou a população daquele lado da serra de Marvão, que passou a estar atenta às movimentações dos "revolucionários" de Santo António. Foi na sequência dessa notícia que o chumbo me entrou na perna....



Inscrição funerária proveniente da Ammaia, oferecida pelo Sr. João Garção ao Museu do GDIC

se a dita coluna. E a coluna romana da Ammaia assim se salvou, vindo enriquecer o Museu de Santo António das Areias. Hoje encontra-se erguida no pequeno jardim em frente à Junta de Freguesia de Santo António das Areias, onde também se repousa o peso de lagar que veio da calçada da Abegoa, por oferta do Ti Mota, e uma grande taça em granito que nos foi cedida pelo Sr. João Gavanha e que servia, antigamente, para fazer sabão. E assim se ia enriquecendo o nosso museu. Mas se a maioria das peças da Ammaia foram obtidas de uma forma algo clandestina pessoas houve, daquela freguesia, que de boa vontade ofereceram peças para o

Mas havia lá na Ammaia uma coluna, da parte de cima do terreno, que tinha que salvar antes que a marreta do reneiro a esmigalhasse, conforme as ordens dos patrões. Desta vez não podia fazer a rapina sozinho, a "Casal verdinha" não era capaz de a transportar. Socorri-me do Secretário da Câmara, o Sr. José Gomes e lá consegui que o tractor do município recolhesse

museu de Santo António. O saudoso Sr. Henrique Garraio ofereceu vários pesos de tear e o Sr. João Domingos Garção ofertou-nos uma lápide funerária fracturada em duas partes, numa das quais se lê SONTIVS SEVERAE.... Porque era a porção mais pequena, lá a consegui carregar na minha pequena e verde motorizada Casal, de duas velocidades e com muita dificuldade a conseguir trazer para o Museu de Santo António. A outra parte, muito maior, era impossível recolher com a minha verdinha de 49,9 cc. Resolvi pedir apoio à Câmara Municipal. Na verdade essa porção da lápide foi recolhida da casa do Sr. João Garção, mas nunca chegou ao Museu de Santo António. Durante muitos anos permaneceu numa casa particular em Marvão e só muito tempo depois se uniu à parte superior. Agora finalmente unidas as duas partes, voltaram à velha Ammaia e expõem-se no Museu aí existente.

Mas a Arqueologia que tinha sido a essência do GDIC, com tantas novas actividades e sobretudo com a entrada de novos "sócios", alguns que apenas procuravam protagonismo político, começava a ficar adiada. Aos fins-de-semana que agendávamos para irmos para o campo, cada vez compareciam menos elementos. Numa das reuniões insurtei-me por essa situação estar a ocorrer. Na reunião seguinte, na qual não estive presente por já estar a frequentar a faculdade fui apelidado de fascista por um dos recém-incorporados, considerando que a Arqueologia era uma catividade elitista e propôs a minha expulsão do grupo. Estavam presentes na reunião apenas meia dúzia de pessoas, todas elas muito interessadas em transformar o GDIC em algo mais político do que estatutariamente estava previsto. No fim-de-semana seguinte quando regresssei de Lisboa, para dar a boa nova que iríamos ter um Museu a sério, ao saber das propostas da reunião anterior já não senti condições para continuar ligado ao GDIC. Solidariamente, os que comigo tínhamos fundado o GDIC, também se afastaram, a desarticulação da estrutura montada começou de imediato a sentir-se. Os que ficaram, que nada tinham a ver com o espírito com que tudo começara não conseguiram, ou não quiseram manter o GDIC. Paralelamente à recuperação da Escola Velha para se transformar em museu do GDIC, o mesmo GDIC ia morrendo aos poucos. A porta do museu que esteve



Moeda Ibérica / Romana cunhada em Alcácer do Sal, recolhida em Vidais pelo GDIC



Ensaio do Coral do GDIC dirigido pelo Dr. Raimundo

sempre aberta começou a estar maioritariamente fechada, as outras actividades como o teatro, coral e alfabetização pararam. E quando já ninguém aparecia às instalações do GDIC a Família Sequeira quis a devolução do espaço e a Comissão de Moradores assumiu o depósito do material do museu numa outra pequena dependência da Casa Sequeira até que o edifício da Câmara Velha ficasse pronto. Concluídas as obras e com o GDIC teoricamente extinto, a Junta de Freguesia que não tinha sede condigna, apropriou-se do edifício destinado ao Museu, mas transportaram para uma das salas do 1º andar os materiais arqueológicos que ainda se guardavam na dependência da Casa Sequeira. Pediram-me ajuda para montar um simulacro de museu com os materiais e com a única vitrina que tínhamos e mais algumas mesas e aí ficaram os restos do nosso sonho, o Museu Arqueológico do GDIC, projectado pelas mesmas mãos de quem projectou o



Obras de requalificação do edifício da Escola Velha para Museu do GDIC, projecto do Arq. Pedro Cid.

simbólico Museu Gulbenkian de Lisboa. No livro de Actas do GDIC, a última reunião que aí consta está datada de 19/12/1977. Estavam presentes a essa reunião os seguintes membros: Jesus, Boto, José Joaquim, Júlia Baldeiras, Águeda, Zezica, Dulce, Adriano, Dionísio, Toi, António Machado, Mateus e Fernando Abel, que redigiu a acta.

Para que conste, na primeira reunião registada em acta, datada de 24/9/1976, por mim redigida, estavam presentes os seguintes elementos: Flávio Ramos, Jesus, Manuel António, Bicho Serrano, Marmelo, António Silveira (Toi), José Ramilo (Cipó) e Francisco José (Pezinho). Nesta primeira reunião, que ainda decorreu no edifício da Telescola, foram aprovados uns estatutos elaborados pelo Flávio, baseados nos que regiam o GTAC de Portalegre, quando o GDIC ainda era denominado de GTAC de Santo António das Areias.

Consultando o Livro de Actas pode-se constatar que durante o curto período de vivência do GDIC, muitas foram as pessoas que dele fizeram parte. Pedindo desculpa a alguém que me tenha escapado, deixo aqui registado, para memória futura e por ordem da presença em reuniões o nome dos membros, tal como consta nas actas e que fizeram parte do GDIC: Jorge de Oliveira, Flávio, Jesus, Manuel António, Bicho Serrano, Marmelo, António Silveira, José Ramilo, Francisco José, Álvaro Oliveira, Freire, Joaquim Lourenço, António Joaquim, José Luis, José Manuel Gavanha, Bento Sanches, Jerónimo Nabo, José Augusto Simões, Júlia Maria, Ana Maria, Rosa, José Joaquim, Mateus, José Vitorino, João



Taça de granito para fazer sabão oferecida ao GDIC pelo Sr. João Gavancha, actualmente no jardim da Junta de Freguesia, onde também se encontram a coluna romana da Ammaia e o Peso de Lagar da Abegoa oferecido pelo Sr. João Mota

Ribeirinho, Lurdes, Isabel Maria, Judite, Glória, José Maravilhas, Nuno Mota, João António, Fátima, José Vitorino, Catarina, Amália, Victor, Jorge Forte de Oliveira, Estrela, Jerónimo, Dionísio, Fernando, Raquel, D. Idalmira, João Cebolas, José Moura, Hermínia Rosa, Margarida, Manuel Joaquim, Vidal, António Miranda, Gandum e Costa.

A acta de 16 de Agosto de 1977, por mim redigida, e por todos os presentes aprovada, foi posteriormente rasurada e em apêndice lê-se: "Esta acta foi emendada por decisão tomada na seguinte Assembleia Geral, uma vez que a pessoa que assinou faltou à verdade sobre o que se tinha passado nesta reunião. Assinado: ...". (Omito aqui o nome porque com o tempo tudo se relativiza!)

Na sequência deste desentendimento, lê-se na acta de 30/08/1977, no ponto " 4) Foi também lida a acta do Jorge em assembleia e depois de alguns minutos de discussão o Jorge demitiu-se do grupo."

Voltei a comparecer, como convidado do grupo, na reunião de 29/10/ 1977, onde fiz entrega de mais materiais para o Museu provenientes de recolhas de superfície, que entretanto fizera.



1.ª Exposição arqueológica promovida pela Junta de Freguesia de Santo António das Areias com peças do extinto Museu do GDIC.

Em 1984 a Câmara Municipal de Marvão convida-me para montar o Museu Municipal na Igreja de Santa Maria em Marvão. Com autorização da Junta de Freguesia de Santo António das Areias fiz transportar a maior parte das peças arqueológicas para o Museu Municipal tendo ficado ainda algumas peças em Santo António, incluindo a vitrina, que se guardam agora envoltas em vassouras, enxadas e outros artefactos num pequeno armazém da Junta de Freguesia localizado na calçada que desce por trás da Igreja Paroquial. Do Museu Municipal de Marvão onde se guardavam também múltiplas inscrições e materiais da Ammaia, incluindo os que se expunham em Santo António, saiu posteriormente, de uma forma algo ardilosa, para o Museu da Ammaia todo esse espólio, por se considerar que o Museu da Ammaia era uma extensão do Museu Municipal de Marvão, tal como estatutariamente assim tinha sido definido. Quando os donos da Fundação se viram na posse da totalidade dos materiais provenientes do Museu Municipal rapidamente souberam autonomizar-se e cortaram o cordão umbilical que os unia ao museu que durante dezenas de anos soube preservar um património em vias de ser transformado em pedras para calçada. Assim saibam os donos da Ammaia preservar este património que é de todos.

Desta forma, nasceu e morreu um sonho de um grupo de jovens que viam na Arqueologia uma aventura e, paralelamente, muitas vezes com grande esforço individual, uma forma de promover a cultura do seu povo.